

ORA newsletter

Nº 62 – MARÇO/2012
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Fevereiro de 2012	1
As Instituições Particulares de Solidariedade Social: Regime Contabilístico e Novo Quadro Normativo (Parte II)	2
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – FEVEREIRO DE 2012

Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro - Despacho n.º 1553-B/2012, de 1 de Fevereiro - Aprova a declaração de IRC Modelo 22, anexos do modelo A a D e respectivas instruções de preenchimento.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012, de 8 de Fevereiro - Projecto de resolução do Conselho de Ministros que selecciona os adquirentes da venda directa de referência relativa à 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Ministério das Finanças - Despacho n.º 2075-A/2012, de 13 de Fevereiro - Aprova as tabelas de retenção na fonte para 2012. As tabelas agora aprovadas reflectem as alterações introduzidas pela Lei n.º 64.º -B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012), designadamente a revisão das deduções à colecta e a convergência da dedução específica da categoria H, tendo sido igualmente tidas em consideração as majorações por dependente nas deduções previstas nos artigos 82.º e 83.º do Código do IRS. Por outro lado, foram criadas tabelas específicas para os trabalhadores dependentes abrangidos pela suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal prevista no artigo 21.º da Lei atrás referida, garantindo a aplicação aos rendimentos auferidos por estes trabalhadores das taxas de retenção que correspondem ao respectivo rendimento médio mensal.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de Fevereiro - Aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 40/2012, de 20 de Fevereiro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei 279/98, de 17 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos bilhetes do Tesouro, e teve por objectivo permitir a emissão de bilhetes do Tesouro por prazo superior ao tradicional um ano, prolongando a maturidade máxima até aos 18 meses.

Assembleia da República - Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

ORA newsletter

Nº 62 – MARÇO/2012
(circulação limitada)

AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS): REGIME CONTABILÍSTICO E NOVO QUADRO NORMATIVO (PARTE II)

Introdução

Na **ORA Newsletter** anterior abordámos o regime jurídico e o regime fiscal das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) tendo-se concluído que, não obstante serem entidades sem fins lucrativos, podem exercer, acessoriamente, actividades económicas ou terem património próprio, desde que os rendimentos que daí resultam não sejam desviados da sua finalidade ou objecto social.

Em termos fiscais, verificámos também que beneficiam de um enquadramento mais favorável em sede dos vários impostos, nos benefícios fiscais e no tratamento das participações recebidas.

Nos últimos anos, o investimento público em serviços e equipamentos sociais tem vindo a diminuir, o que juntamente com a impossibilidade das IPSS financiarem as suas actividades através de tarifas aplicadas aos utentes, levam a *deficits* de exploração que têm de ser corrigidos para que estas entidades, cuja função social é tão relevante, não entrem em colapso financeiro.

Assim, as IPSS necessitam de encontrar alternativas ao financiamento público e cativar o investimento privado nas suas diversas componentes. Este desafio leva a um outro obstáculo, dar provas da transparência da sua condição económica e elaborar informação que o demonstre.

Novo regime de normalização contabilística

A gestão moderna, conforme é referido por “Borges, Rodrigues e Rodrigues (2006)”, não se limita a recordar o passado, torna necessário identificar expectativas para o futuro, planejar actividades, estabelecer objectivos, mediante uma selecção prévia entre as alternativas disponíveis. O estabelecimento de opções requer elementos que as fundamentem e a informação financeira constitui um importante auxiliar tanto na tomada de decisão, como na necessidade de prestar contas.

A rápida internacionalização e a forte competitividade dos mercados contribuíram para que a harmonização da informação produzida pelas entidades, assumisse um papel de grande relevo, não só nas entidades que procuram o lucro, como também nas Entidade do Sector Não Lucrativo (ESNL), uma vez que é crescente a necessidade do reforço das exigências de transparência relativamente às actividades que realizam e aos recursos que utilizam.

Salientamos que a contabilidade das IPSS era executada de acordo com o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, utilizando centros de custo associados às suas valências, por exemplo creches, lar, actividades de tempos livres, entre outras, conforme Decreto-lei n.º 366/89, de 18 de Setembro.

ORA newsletter

Nº 62 – MARÇO/2012
(circulação limitada)

Conforme atrás referido, embora as IPSS já se regessem por um plano sectorial próprio, o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que transpõe uma directiva comunitária para o enquadramento legal português, vem introduzir um novo enquadramento contabilístico para as ESNL, na sequência do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Destaca-se, segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, a obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como, sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas actividades.

Esta nova normalização é aplicável obrigatoriamente, segundo o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, a Instituições Particulares de Solidariedade Social em, ou após, 1 de Janeiro de 2012, sendo opcional a sua adopção para o exercício com início em, ou após, 1 de Janeiro de 2011.

O referido Decreto apresenta ainda as três características básicas das ESNL:

- a) O seu financiamento pode resultar do próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou colectivas. Em caso algum os recursos atribuídos estão sujeitos ou condicionados a contraprestações derivadas da obtenção de benefícios por parte da entidade;
- b) Respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a actividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito «benefício»;
- c) Ausência de títulos de propriedade-controlo que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espere algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas actividades e ser objecto de liquidação.

Análise do novo quadro normativo

De acordo com o artigo 7.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 ficam obrigadas a elaborar contas consolidadas, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, com as necessárias adaptações, todas as entidades que apliquem a normalização contabilística para as ESNL.

Ficam também, de acordo com o artigo 12.º do referido Decreto-Lei, sujeitas a **Certificação Legal das Contas**, todas as entidades que apresentem contas consolidadas assim como, as que ultrapassem os limites referidos no artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais:

- a) Total do balanço: 1.500.000 euros;
- b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3.000.000 euros;
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.

ORA newsletter

Nº 62 – MARÇO/2012
(circulação limitada)

Ou seja:



O desrespeito pelas disposições da norma contabilística e de relato financeiro é punível com as contra ordenações previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, com valores que podem ir dos 500 aos 15.000 euros.

Contudo a entidade mãe fica dispensada de elaborar as demonstrações financeiras consolidadas quando, na data do seu balanço, o conjunto das entidades a consolidar, com base nas suas últimas contas anuais aprovadas, não ultrapasse durante dois anos consecutivos, dois dos três limites seguintes: i) Total do balanço: € 5.000.000; ii) Total das vendas líquidas e outros rendimentos: € 10.000.000; iii) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 250 (n.º 1 artigo 8.º Decreto-Lei 36-A/2011).

Dispensa da aplicação do regime

Ficarão dispensadas de aplicar esta nova normalização, as entidades cujas vendas e outros rendimentos não excedam 150.000 euros em nenhum dos dois exercícios anteriores. Contudo, caso a entidade integre um perímetro de consolidação ou esteja obrigada a contabilidade organizada tem de aplicar a referida normalização. Se não se encontra abrangida por estes critérios, a entidade, terá obrigatoriamente de efectuar a prestação de contas em regime de caixa.

Principais alterações

As alterações mais relevantes do novo normativo prendem-se com o facto de deixarem de existir resultados extraordinários, o que permitirá incluir quotas ou donativos angariados por

ORA newsletter

Nº 62 – MARÇO/2012
(circulação limitada)

este tipo de entidades nos resultados operacionais, assim como o facto do balanço e da demonstração dos resultados serem mais objectivos e de leitura mais simples.

Demonstrações financeiras obrigatórias

A Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, aprova os modelos de demonstrações financeiras, tratando-se dos mesmos aplicáveis à generalidade das empresas abrangidas pelo mesmo nível do SNC, e são eles: o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos resultados por funções (não obrigatória), a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, bem como os modelos dos mapas financeiros, para as entidades dispensadas e que não optem pela aplicação da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, Pagamentos e recebimentos, Património fixo, Direitos e compromissos futuros.

Dos modelos há a realçar a alteração da designação da “Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios” no SNC para “Demonstração das Alterações Fundos Patrimoniais”, ou seja a expressão “Capital Próprio” é substituída pela de “Fundos Patrimoniais”, o que se justifica pela natureza jurídica das ESNL.

O Código de Contas Específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo é aprovado pela Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março e integra: i) o quadro síntese de contas; ii) o código de contas relativo às especificidades inerentes às ESNL; e iii) as notas de enquadramento às contas específicas destas entidades. O Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março, publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL.

Conclusão

Tendo em consideração o exposto, a aplicação do SNC às IPSS tornará o processo de prestação de contas mais claro, transparente e, simultaneamente permitirá um controlo maior da situação financeira, vantagens que serão muito superiores aos custos inerentes a uma maior complexidade no processo contabilístico.

A **Certificação Legal das Contas** permitirá uma maior credibilidade das demonstrações financeiras junto, não só dos actuais, como também dos potenciais interessados, sejam eles benfeitores, órgãos de controlo ou beneficiários.

- Andreia Vicente -

Bibliografia

- BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; RODRIGUES, Rogério – *Elementos de Contabilidade Geral*. 23.ª Edição. Lisboa: Áreas Editora, 2006. ISBN989-8058-00-5.
- *Código das Sociedade Comerciais e Legislação citada ao longo do texto.*

ORA newsletter

Nº 62 – MARÇO/2012
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 55 da sua revista trimestral (Outubro a Dezembro de 2011).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Contributos para o Conhecimento do Negócio das Autarquias** - A Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) determina a sujeição das contas dos municípios a revisão legal. No entanto, a intervenção profissional dos revisores oficiais de contas nestas entidades é marcada por diferenças substanciais face à revisão legal das contas das sociedades comerciais. Assim, o artigo procura contribuir para a sistematização das principais características das autarquias locais, dando conta dos traços distintivos da sua actividade e destacando o respectivo impacto no planeamento da auditoria. São abordadas, especificamente, as receitas e o endividamento das autarquias locais, assim como questões relativas à materialidade e à avaliação preliminar do risco neste tipo de entidades.
- ii) **Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (POC vs SNC)** – Neste artigo são abordados os aspectos conceptuais no âmbito do regime contabilístico anterior (Planos Oficiais de Contabilidade de 1977 e 1989 – POC/77 e POC/89, respectivamente) e do actual (em vigor desde 1 de Janeiro de 2010) modelo contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.
- iii) **Alguns Aspectos da Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (II)** – Na sequência de um trabalho publicado na Revista da OROC nº 54, sobre este tema, o artigo tem por objecto o tratamento contabilístico das designadas “transacções ascendentes” e “transacções descendentes” em relação com a aplicação do método da equivalência patrimonial e no que se refere a empresas participantes e suas subsidiárias e associadas.

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.